

ARQUIVO CIMI - MT  
 Fonte: *Diário de Cuiabá*  
 Data: *04/08/99*

345



**SAÚDE INDÍGENAS** - A terceirização do atendimento à saúde indígena prevista na MP 1.911, editada sexta-feira pelo Governo Federal, foi criticada ontem por Ongs (Organizações Não-governamentais) ligadas à questão. As Ongs estão sendo esperadas como as principais parceiras desses contratos de terceirização. A MP é a mesma que transferiu da Funai para a Funasa a responsabilidade pela saúde indígena e, junto com ela, patrimônio, pessoal e orçamento.

Página B1

# Ongs criticam a terceirização do atendimento à saúde indígena

ALINE CUBAS  
 Da Reportagem

A terceirização do atendimento à saúde indígena prevista na Medida Provisória 1.911 editada sexta-feira pelo governo federal foi criticada ontem por Ongs (Organizações Não-governamentais) ligadas à questão. As Ongs estão sendo esperadas como as principais parceiras desses contratos de terceirização.

A MP é a mesma que transferiu da Funai para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) a

responsabilidade pela saúde indígena e, junto com ela, patrimônio, pessoal e orçamento.

Para Sebastião Carlos Moreira, Coordenador Regional do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), Ong ligada à Igreja Católica, a terceirização abre um perigoso precedente para o Estado se eximir de dar atendimento básico aos índios e, por conta disso, a entidade se diz contrária a celebrar contratos nesse sentido com o Poder Público. "Agora é com a saúde, daqui a pouca será também com

a educação, com a questão fundiária e assim por diante", explicou.

Moreira critica também o fato do governo federal falar em implantar Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena em todo o país, divisão que era pedida pelos indigenistas, mas, segundo ele, com modelo completamente diferente do que será colocado em prática. "Há muito tempo o CIMI defende os distritos, no entanto com autonomia administrativa e financeira"

→  
*10/08*

ra para executar ações de atenção à saúde indígena, com a participação das comunidades atendidas e não como está se falando agora”.

Segundo a avaliação do indigenista, a edição de uma MP propondo uma nova forma de atendimento de saúde aos povos indígenas sem que antes tenha sido votado o Estatuto do Índio deixa claro que o que se pretende com isto é inviabilizar as propostas que estão no documento exaustivamente discutido e agora engavetado no Congresso Nacional. “Depois é só adequar o Estatuto ao modelo editado por Medida Provisória”, enfatizou.

Os pontos apontados pelo

CIMI são também alvo de críticas da Operação Amazônia Nativa (Opan), Ong que chegou a ser procurada pela Funasa como possível contratada para administrar o Distrito Sanitário Indígena em Cuiabá. Segundo o coordenador da Opan, Ivar Luiz Busatto, a Ong declinou do convite por discordar ainda do Estado passar adiante a sua responsabilidade - “constitucional”, sublinhou - de prestar atenção à saúde. “Fomos convidados, ouvimos a proposta e dissemos não porque assumirmos responsabilidades que é do Estado, que só ele pode cumprir. Qualquer problema no convênio, de repasse de recursos ou outro qualquer, o que faríamos? Interromperíamos o atendimento?”, questionou.

Busatto concorda que algo teria que ser feito, que o atendimento como estava sendo (com a Funasa responsável pela parte preventiva e a Funai com a curativa) não estava dando certo, mas que o modelo que está sendo implantado é ruim. “Fala-se em terceirizar os distritos - só em Mato Grosso seria mais de 30 - num processo ainda em construção e envolvendo inúmeras entidades?”.

O preparo dessas entidades é outro ponto que coordenador da Opan destaca como preocupante. É que segundo ele não há no Brasil nem mesmo uma dezena de Ongs com comprometimento, história ou familiaridade com a questão indígena, como conseguir então centenas de entidades para firmar contratos com o governo federal, questiona.